

LIVROS

ATUALIDADE DE SCHILLER

A educação estética do homem. Numa série de Cartas, de Schiller, tradução de Roberto Schwarz e Márcio Suzuki. São Paulo: Iluminuras, 1989, 162 pp; e Poesia ingênua e sentimental, de Schiller, tradução, apresentação e notas de Márcio Suzuki. São Paulo: Iluminuras, 1991, 150 pp.

Ricardo Terra

I

Na década de 60, Anatol Rosenfeld dirigiu, para a Editora Herder, uma coleção dedicada ao "Pensamento Estético". Pretendia aí "reunir principalmente ensaios, artigos, críticas e reflexões menores [...] que se originaram da situação concreta do escritor criativo, do expoente de uma nova escola literária ou do crítico que se debate com o problema de interpretar e valorizar obras-de-arte individuais" (ver o "Prefácio" de A. Rosenfeld que apresenta a série). A coleção centrava-se nos pensadores e escritores alemães e pretendia abranger um largo espaço de tempo e uma extensa gama de temas: do pré-romantismo ao expressionismo, do teatro de Brecht à discussão artística contemporânea.

É nítido neste projeto o esforço militante no sentido de fornecer elementos para aumentar a densidade da reflexão estética no Brasil. Infelizmente a coleção não durou muito tempo, mas, pelo menos, chegou a publicar as *Cartas sobre a educação estética da humanidade* (1963), de Schiller, *De teatro e literatura* (1964), coletânea de textos de Lessing, *Autores pré-românticos alemães* (1965), todos com introdução e notas de Anatol Rosenfeld.

Nos últimos anos, surgiu uma coleção — a "Biblioteca Pólen", da Editora Iluminuras, dirigida por Rubens Rodrigues Torres Filho — que pretende publicar textos filosóficos, não se restringindo à filosofia como disciplina acadêmica, mas abrindo-se para o filosofar em suas várias formas: "fragmentos, poemas, diálogos, cartas, ensaios, confissões, meditações, paródias" e até mesmo na forma de sistema, desde que se encontre neles "um convite à liberdade e à alegria da reflexão" (ver a "Apresentação" de Rubens Torres à coleção). Apesar de não estar voltada exclusivamente para autores alemães e não se restringir à estética, a presença de textos estéticos alemães é grande nesta coleção. E, mais ainda, a Biblioteca teve seu início e sua idéia reguladora com a coletânea de textos de Novalis (*Pólen*, Iluminuras, 1988), admiravelmente bem traduzidos, apresentados e anotados por Rubens Rodrigues Torres Filho.

O empenho com a filosofia alemã e a valorização do ensaio poderiam aproximar a "Coleção Pensamento Estético" da "Biblioteca Pólen", mas, sem dúvida, a avaliação do romantismo e do classicismo alemães, a apreciação do papel da cultura e da filosofia feitas por seus diretores provavelmente levariam a ênfases e mesmo posições distintas. Mas esta é uma outra história. O que nos interessa neste momento é que há um outro vínculo entre as duas coleções: Schiller e a *Educação estética do homem*. Márcio Suzuki retomou e modificou, na edição da "Biblioteca Pólen", a antiga tradução feita por Roberto Schwarz, em 1963, para a Coleção "O Pensamento Estético".

O trabalho de Márcio Suzuki leva sempre em conta o aspecto técnico-filosófico da terminologia kantiana e fichtiana presente no texto de Schiller. Buscou em português a tradução dos conceitos de forma a satisfazer as distinções exigidas pela filosofia do idealismo alemão e procurou, na medida do possível, traduzir um conceito sempre pela mesma

palavra. Como exemplos deste procedimento podemos citar as seguintes propostas de tradução que diferem da primeira: *eine absolute Tathandlung des Geistes* por "um estado-de-ação absoluto do espírito" e não por "um ato absoluto do espírito", *eine Darstellung des Unendlichen* por "uma exposição do infinito" e não "uma representação do infinito", *Begriff der Wechselwirkung* por "conceito de ação recíproca" e não "conceito de reciprocidade", *das Selbst und seine Bestimmung* por "o si mesmo e suas determinações" e não "a essência e suas determinações", *Bestimmung*, em outros casos, por "destinação" e não "meta", *Verstand* sempre por "entendimento" e não, algumas vezes, por "razão", *Notwendigkeit* por "necessidade" e não "determinação".

A partir desses exemplos, podemos nos perguntar — já que a boa qualidade da tradução de Roberto Schwarz é notória e por isso não está em questão — o que mudou no panorama da tradução filosófica entre 1963 e 1989. De lá para cá encontramos principalmente o trabalho do diretor da "Biblioteca Pólen", Rubens Rodrigues Torres Filho, que traduziu de maneira exemplar Kant, Fichte, Schelling, além de Nietzsche, Novalis e Benjamin. Essas traduções contribuíram para o refinamento e certa consolidação da linguagem filosófica em português do Brasil, principalmente em relação ao idealismo alemão. Outras relevantes traduções de filosofia alemã foram publicadas no Brasil no período citado, mas Márcio Suzuki beneficiou-se principalmente daquele trabalho, bastando ver nas notas das edições dos dois livros de Schiller as várias referências às traduções e aos ensaios de Rubens Rodrigues Torres Filho.

Esse fato nos leva a duas reflexões distintas. Fica patente, de um lado, a despreensão atípica do crítico consagrado que concorda que sua tradução de juventude seja modificada, e, de outro lado, a maturidade também atípica do jovem que não pretende fazer *tabula rasa* dos resultados anteriores. Além deste aspecto pessoal será que temos aí um sinal de um possível processo de formação de uma cultura filosófica no Brasil? O adensamento com a retomada de laços culturais e não a tolice de um simples eterno recomeçar?

A continuidade dos esforços presente neste caso permite que se imagine uma ponte entre as duas coleções envolvendo, entre outros, Anatol Rosenfeld, Roberto Schwarz, Rubens Torres e Márcio Suzuki e nos leva a pensar em nossa *Bildung*.

Esses esforços que não se perderam, que se comunicam de alguma maneira, não apontam para um incipiente processo de criação de certas linhas, ou pelo menos, não indicam sinais da formação teórica e filosófica em língua portuguesa, no Brasil? (Ficaremos na dúvida enquanto Paulo Arantes não publicar a esperada *Formação do pensamento brasileiro*) De qualquer maneira nós, leitores, ganhamos com a retomada da antiga tradução, na medida em que se preservaram ótimas soluções, foram acrescentadas outras e aproveitados os resultados de diversas traduções de textos filosóficos para o português, quem sabe plasmando um modelo de tradução filosófica rigorosa que, por sua vez, merece ser investigada (mais uma vez continuamos aguardando Arantes).

II

Além da elegância e precisão das traduções, evidencia-se o valor das introduções e notas dos dois volumes. Aí encontramos uma postura na leitura diferente da de Anatol Rosenfeld, para quem os ensaios de Schiller, embora da maior importância, constituiriam "um elo intermediário entre a filosofia estética de Kant e a de Hegel" ("Introdução" às *Cartas*, edição Herder). Por sua vez, Márcio Suzuki procura ressaltar a especificidade do texto de Schiller e assim tenta, "em detrimento das supostas 'dívidas' para com seus predecessores ou de supostos 'prenúncios' de seus sucessores, evitar equívocos como o de considerá-lo como um mero elo da corrente de idéias que vai de Kant a Hegel" (orelha do volume das *Cartas*, Iluminuras). Esforça-se, dessa maneira, para resgatar a especificidade do pensamento schilleriano.

Tanto Schiller como Novalis e os irmãos Schlegel sofrem pelo fato de estarem entre Kant e Hegel, e serem por isso vistos apenas como ponto de passagem. Daí a relevância da tentativa de reconstruir os argumentos, retomar os temas, os debates dos pensadores alemães do fim do século XVIII e início do século XIX, ressaltando "a expressão própria" dos textos, o que é um excelente ponto de partida e um poderoso recurso contra a visão teleológica do pensamento, de um lado, e a simplificação, de outro. Hoje como ontem a boa análise de texto que consiga refazer os argumentos e a polêmi-

ca continua a ser um bom remédio tanto em relação às leituras teleológicas como também em relação às simplificações que procuram, por exemplo, apressadamente a origem do totalitarismo em algum conservadorismo romântico.

Mantendo a cautela, a abordagem daqueles textos exige a referência à filosofia kantiana. Schiller, Novalis, Schlegel, como pensadores, são pós-kantianos, no sentido de que a relação à "revolução" kantiana é básica para eles. Há um ambiente filosófico "kantiano" onde se destaca o pensamento original de Fichte, que é fundamental tanto para Schiller como para os românticos. Novalis estudou com vagar Fichte, pesquisas recentes e a edição crítica das obras do poeta demonstram-no (ver a apresentação de Rubens Rodrigues Torres Filho à obra de Novalis *Pólen*, editada pela Iluminuras). O fato de serem pós-kantianos não significa entretanto que estejam apenas repetindo Kant ou Fichte. Chegam a formulações próprias das questões estéticas que não podem ser reduzidas à filosofia crítica, tendo, por outro lado, um interesse grande o suficiente para serem apreciadas por elas mesmas, e não apenas como antecipações que adquirirão sentido pleno somente na filosofia hegeliana. Tanto a leitura redutora ao kantismo como a teleológica levam a se perderem a força e originalidade destes pensamentos.

A originalidade de Schiller pode ser afirmada mesmo em relação a Kant. Dois anos antes de ler a *Crítica do juízo*, Schiller, em seu poema "Die Künstler", já apresentava uma concepção básica de seu pensamento — a arte como ligação de sensibilidade e racionalidade. E em uma carta a Körner, Schiller escreve, referindo-se àquele poema: "a arte constitui o liame entre a *sensibilidade* e a *espiritualidade*" (12 de janeiro de 1789); e em outra carta de 9 de fevereiro: "eu possuo agora a idéia-mestra do conjunto: a *conciliação da verdade e da moralidade subordinadas à beleza* que as envolve em sua soberania e constitui, no sentido próprio da palavra, a unidade" (apud Léon, X. *Fichte et son temps*. Paris: A. Colin, 1954, pp. 341 e 342). Com esse tipo de preocupação — ou seja, as relações do sensível e do racional, ou da verdade, moralidade e beleza — a leitura da *Crítica do juízo* teria que produzir um grande entusiasmo, o que é comprovado pelas cartas a Körner. Schiller trabalhou profundamente a filosofia kantiana, mas ele não parte de Kant e sim "recebe de Kant o modo mais conveniente de dar uma vestimenta filosófica

à própria doutrina original" (Pareyson, L. *Etica ed estetica in Schiller*. Torino: Giappichelli, 1969, p. 4).

A elaboração estética definitiva recebe de Kant a expressão técnico-filosófica que necessitava para a expressão das questões visadas. As obras principais desse período são: *Graça e dignidade* (1793), *Cartas* (1795), *Poesia ingênua e sentimental* (1796). Mesmo utilizando conceitos concebidos por Kant, Schiller pretende ultrapassá-lo. A beleza expressa no mundo sensível a liberdade, o fundamento objetivo da beleza estaria na exigência de se representarem os objetos belos sob a idéia da liberdade. O estado estético remete para o acordo entre mundo sensível e mundo inteligível, acordo de inclinação e razão (ver Léon, X., op. cit., p. 342). De um ponto de vista kantiano, entretanto, Schiller recairia no dogmatismo, pois "confere um caráter real aos princípios que para Kant eram apenas críticos. Realmente o supra-sensível está presente no sensível e realmente o bem está presente no belo. Realmente a liberdade se encontra na natureza e realmente existe a união de natureza e liberdade. Aquilo que Kant expressou simbólica e criticamente vem exposto por Schiller positiva e realisticamente" (Pareyson, op. cit, p. 86).

Já a apropriação, por Schiller, de alguns conceitos de Fichte é um pouco diferente. Como no caso dos empréstimos à filosofia kantiana, também os empréstimos à filosofia fichtiana trazem um maior rigor ao pensamento anterior de Schiller sem modificá-lo profundamente. Mas, por outro lado, a polêmica com Fichte é clara e o interessante é que usa o conceito fichtiano de determinação recíproca em um argumento contra o "rigorismo racionalista" fichtiano que Schiller encontraria em *Einige Vorlesungen über die Bestimmung des Gelehrten* (1794) (*Preleções sobre a destinação do douto*). Não haveria uma subordinação da sensibilidade à razão e sim o acordo, tema presente no pensamento schilleriano anterior até à leitura da *Crítica do juízo*. Assim o conceito de determinação recíproca é aplicado "em sentido antifichtiano, porque serve [a Schiller] para conectar a sensibilidade com a razão não em posição de subordinação, como pretendia Fichte, mas em posição de coordenação, segundo a exigência da harmonia das duas faculdades" (Pareyson, op. cit, p. 114). Schiller vai contra a letra da filosofia kantiana, que seria rigorista na medida em que apresenta um antagonismo da razão em relação à sensibilidade, sendo que Fichte apresentaria uma nova versão desse rigorismo. Para Schiller, nem a

filosofia nem o sábio seriam os educadores do gênero humano. A razão abstrata não pode educar a humanidade e sim a arte, pois na arte encontra-se a harmonia de sensibilidade e razão.

Fichte percebe a intenção polêmica contra seu livro e responde com o texto "Über Geist und Buchstab in der Philosophie" ("Sobre o espírito e a letra em filosofia"), enviando-o para a revista *Horen* dirigida por Schiller. Schiller recusa-o, alegando a "extensão desmesurada" e a exposição "frequentemente confusa" (ver Léon, X., op. cit., p. 354).

Essas rápidas indicações da relação de Schiller com as filosofias de Kant e Fichte podem servir para se entenderem os motivos da leitura fortemente filosófica e o uso destes autores em função das opções de tradução e para as notas e introduções das duas traduções que estão sendo comentadas. É restabelecendo o contexto conceitual e teórico do kantismo e da filosofia de Fichte que podemos entender a originalidade e ao mesmo tempo as condições da expressão do pensamento estético schilleriano.

Na "Introdução" e nas notas à tradução das *Cartas*, Márcio Suzuki justamente procura reconstruir as questões que a filosofia crítica deixou para a reflexão estética e que foram retomadas e transformadas por Schiller. Nas notas, úteis e precisas, são indicados os textos de Kant e Fichte que balizam a reflexão nas *Cartas*. Nas notas à tradução de *Poesia ingênua e sentimental* além de a Kant e Fichte, são feitas referências a Novalis, Goethe, F. Schlegel, Winckelmann, Lessing, Diderot e outros, o que permite a compreensão de passagens específicas do texto, e, mais ainda, abre para o entendimento das discussões básicas do período e mesmo o desdobramento do pensamento schilleriano.

Um exemplo de eficácia desse procedimento encontra-se na "Apresentação" de *Poesia ingênua e sentimental*. Aí procura-se, na Parte IV, a articulação teórica da obra, a ligação entre poesia ingênua e poesia sentimental. Schiller reconhece que não fez essa dedução, mas que os elementos para fazê-lo estavam nos três artigos que compõem a própria obra e nas *Cartas*. O autor da "Apresentação" caminha nesse propósito, inicialmente, junto com Szondi ("Das Naive ist das Sentimentalische". In: *Schriften II*. Frankfurt: Suhrkamp, 1978), que procura numa referência de Schiller à organização das categorias, retirada de Kant, a chave dessa dedução. Kant insiste no caráter triádico das categorias, a terceira ligando a segunda com a primeira em cada

classe de categorias. Schiller a partir daí escreve que "o contrário da sensibilidade ingênua é o entendimento reflexionante, e a disposição sentimental é o resultado do empenho em restabelecer a sensibilidade ingênua segundo o conteúdo, *mesmo sob as condições da reflexão*. Isso ocorreria mediante o Ideal acabado, no qual a arte reencontra a natureza" (*Poesia ingênua e sentimental*, p. 88). Várias dificuldades se apresentam na leitura dessa passagem: o ingênuo é oposto ao entendimento reflexionante e não ao sentimental e é difícil caracterizar o estatuto da relação do primeiro termo com o segundo e mais ainda o sentido do terceiro termo da tricotomia.

Szondi tateia, refere-se à *Doutrina da ciência* de Fichte, cita Dieter Henrich, mas acaba levando Schiller a uma dialética: "se a interpretação aqui exposta está certa em ver na nota de Schiller sobre as três categorias o guia que leva a sair do labirinto, então encontra-se no ponto final dos progressos realizados pelo conhecimento em Schiller uma poética filosófico-histórica que suprimiu (*aufgehoben hat*), em sentido literal hegeliano, a oposição ingênuo-sentimental, colocando o sentimental como recuperação do ingênuo sob as condições de seu outro, a reflexão" (op. cit., p. 104). Dessa forma lança mão de Hegel para entender Schiller, atribuindo a este uma dialética que não é sua. Márcio Suzuki, por sua vez, vai procurar na relação do terceiro princípio fundamental da doutrina da ciência com os outros dois e na noção fichtiana de determinação recíproca uma maneira de entender as referências de Schiller à relação das três categorias. Assim, com conceitos e procedimentos conhecidos de Schiller, Márcio Suzuki pode chegar a resultados altamente convincentes: "nem o ingênuo nem o sentimental goza de uma primazia absoluta, o que pressupõe, como se disse, um dado importante: cada determinação de um deles representa uma determinação no termo oposto, e vice-versa. Estabelece-se uma 'determinação recíproca' (*Wechselbestimmung*) entre eles, a partir da qual toda atribuição positiva conferida a um implica uma negatividade no outro, mas esta é, por sua vez, fundamento de uma nova determinação daquele. Enfim, nem o ingênuo subordina-se ao sentimental, nem este àquele, mas ambos estão numa relação de 'subordinação coordenada'" ("Apresentação", p. 38). Consegue-se, assim, esclarecer o texto sem anacronismos.

III

Uma leitura que procura resgatar a especificidade do texto é a condição para poder entendê-lo e também é uma etapa básica que permite evitar as relações extravagantes com outros autores ou tirar consequências abusivas de algo que estaria presente de modo apenas longínquo nos textos. Mas é justamente nas relações e confrontos das idéias que reside o maior interesse na leitura dos clássicos. Nas introduções e notas das duas traduções Márcio Suzuki, além de mostrar as apropriações criativas do pensamento de Schiller em relação a Kant e Fichte, também relaciona algumas de suas questões estéticas com temas de Novalis e Schlegel. Apesar das especificidades de cada autor, as aproximações, que mostram as semelhanças e retomam o desenvolvimento das questões, traçam os contornos teóricos do romantismo e do idealismo alemães. Suzuki chega mesmo a escrever: "nota-se já em Schiller a presença de uma tema, de inspiração kantiana, que será desenvolvido pelos românticos: a ironia" ("Apresentação" a *Poesia ingênua e sentimental*, pp. 20-1). Temas vão se formando e eles vão se constituindo apesar e através da diversidade dos autores.

A partir daí e sem que haja necessidade de invocar uma perspectiva teleológica redutora, mostra-se todo o interesse de se assinalar a apropriação hegeliana de elementos do pensamento schilleriano. Não é possível, nesta ocasião, estudar essa apropriação. Entretanto, seguindo mais uma vez Pareyson (op. cit.), é possível, pelo menos, ressaltar alguns aspectos. A importância de Schiller para Hegel é inegável. Basta ver, por exemplo, uma passagem da *Enciclopédia* (parágrafo 55, que trata do juízo reflexionante): "muitos, especialmente Schiller, encontraram na idéia do *belo artístico*, na unidade *concreta* entre o pensamento e a representação sensível, o meio de escapar às *abstrações* do entendimento que separa" (*Enzyklopädie*. Frankfurt: Suhrkamp, 1970, vol. 8, p. 140). Não é preciso insistir na importância, para Hegel, da crítica ao entendimento que não consegue unificar. Na *Estética*, Hegel desenvolve estas considerações: "foi o sentido artístico de um espírito profundo e ao mesmo tempo filosófico que primeiro se ergueu contra a infinitude abstrata do pensamento do dever pelo dever do entendimento amorfo (do entendimento que vê na natureza e na realidade, no sentido e sensação, apenas uma barrei-

ra, algo hostil) e reivindicou a totalidade e a conciliação, antes que o reconhecesse a filosofia como tal. Cabe a Schiller o grande mérito de ter rompido a subjetividade e a abstração do pensamento kantiano e de haver tentado tanto conceber pelo pensamento a unidade e a conciliação como o verdadeiro, quanto efetivá-las artisticamente" (*Vorlesungen über die Ästhetik*, vol. 13, p. 89; trad. port. Lisboa: Guimarães Editores, 1972, p. 125). Hegel vê com bons olhos a polêmica anti-rigorista de Schiller, principalmente porque ela se baseia numa perspectiva que tem como fundamental a totalidade e a conciliação.

Schiller retoma com a distinção de poesia ingênua e sentimental a polêmica dos antigos e modernos, a idéia de filosofia da história de Kant e Herder, mas também a posição chave da Antiguidade na reflexão sobre a arte feita por Winckelmann e, principalmente, a oposição entre totalidade e harmonia contrapostas à divisão e fragmentação, "todos estes elementos se unem no conceito de uma história em três tempos definida pelos conceitos de unidade, cisão e totalidade" (Pareyson, op. cit., pp. 166-7). A importância dessa constelação de problemas foi ressaltada por Habermas em *Der philosophische Diskurs der Moderne* (Frankfurt: Suhrkamp, 1986, p. 43 e ss., trad. port. Lisboa: Dom Quixote, 1990, pp. 40 e ss.). Depois de aproximar a idéia de educação estética da humanidade do programa de conciliação pela arte de "Das älteste Systemprogramm" (1796) — onde as idéias têm interesse para o povo quando se tornam mitológicas (estéticas) —, Habermas vai se voltar para a distinção de poesia ingênua e sentimental, aproximando inicialmente F. Schlegel (*Sobre o estudo da filosofia grega — 1877*) e Schiller, por terem ambos contraposto à "imitação clássica da natureza a arte moderna como um ato de liberdade e reflexão". Mas Schiller, diferentemente de Schlegel, que hesita em se afastar do ideal clássico, consegue afirmar a modernidade na medida em que ela "esforça-se por um ideal de uma unidade mediatizada com a natureza" e assim "Schiller conceptualiza a arte de reflexão do romantismo ainda antes de ela vir a luz. Hegel já a tinha em vista quando assimila a interpretação filosófico-histórica de Schiller da arte moderna no seu conceito de espírito absoluto".

Schiller apresenta uma solução original tanto para a arte moderna quanto para a história, e a pergunta sobre o quanto há de schilleriano em Hegel

é mais proveitosa que a pergunta sobre o que há de pré-hegeliano em Schiller. Como bem podemos ver na distinção entre poesia ingênua e sentimental que reencontramos em Hegel: "O conceito da poesia ingênua como representação absoluta é vizinho próximo do conceito hegeliano da arte clássica como da arte em que forma e conteúdo, isto é, schillerianamente, corpo e espírito, encontram sua perfeita adequação. Analogamente o conceito hegeliano da arte romântica como aquela em que a adequação entre forma e conteúdo não é mais possível porque as formas são todas insuficientes com respeito ao conteúdo, que é o infinito, é tomado visivelmente da concepção schilleriana da poesia sentimental como representação do absoluto" (Pareyson, op. cit., pp. 169-70). Da mesma maneira estão presentes em Hegel outros elementos tomados de Schiller.

Encontramos sinais indubitáveis da força do pensamento de Schiller nos românticos alemães e em Hegel, mas não somente neles. Dando um longo salto no tempo, constatamos hoje retomadas de Schiller que obedecem mais à lógica do diálogo filosófico ou da apropriação que ao rigor filológico. Na esteira da retomada francesa da *Crítica do juízo* de Kant, principalmente da noção de sublime, a atenção também parece se voltar para Schiller. Foi Habermas, entretanto, quem retomou de maneira mais instigante essas questões. Para Habermas, as *Cartas* abrem um possível caminho, não seguido pela filosofia moderna, de se sair dos limites da filosofia da consciência. As aporias da filosofia da consciência já teriam sido apontadas, muito antes de Foucault, por Schiller, Fichte, Schelling e Hegel. E mais ainda, os jovens Hegel e Marx bem como Heidegger e Derrida, guardadas as devidas proporções, teriam entrevisto um caminho que não seguiram — a possibilidade de trocar o paradigma da consciência (com a supremacia da relação cognitivo-instrumental) pelo paradigma da intercompreensão (*Verständigung*). Por não seguirem este caminho acabaram de alguma maneira por recair nos impasses da filosofia do sujeito.

No "Excurso acerca das Cartas de Schiller sobre a Educação estética do homem" (op. cit., p. 59 e ss.; trad. port., p. 51 e ss.), Habermas apresenta esta leitura de Schiller em que a arte é entendida "como uma razão comunicacional que irá se realizar no 'Estado estético' do futuro". Atribui à arte o poder unificador das cisões e diferenciações entre sensibilidade e entendimento, liberdade e necessidade, que

são elementos característicos da modernidade, onde o sistema das necessidades entra em conflito com os princípios abstratos da moral e assim o Estado dinâmico e o Estado ético convergem na opressão ao senso comum, pois "o Estado dinâmico só pode tornar a sociedade possível à medida que doma a natureza por meio da natureza; o Estado ético pode apenas torná-la (moralmente) necessária, submetendo a vontade individual à geral" (*Cartas*, p. 144). Ora, resta à arte, ao Estado estético, a condição de realidade da sociedade. Pensa-se então na retomada do senso comum destruído — o que será possível pelo processo de formação (*Bildungsprozess*): "em meio ao reino terrível das forças e do sagrado reino das leis, o impulso estético (*ästhetische Bildungstrieb*) ergue imperceptivelmente um terceiro reino, alegre, de jogo e aparência, em que desprende o homem de todas as amarras das circunstâncias, libertando-o de toda coerção moral ou física" (*Cartas*, p. 143).

Habermas insiste na diferença dessa solução em relação às de Schelling e Hegel, que procuram superar as cisões das relações modernas de vida com o absoluto. Schiller teria misturado a concepção kantiana da faculdade de julgar, que é uma capacidade mediadora, com o conceito tradicional que, "na tradição aristotélica (ainda até Hannah Arendt) nunca perdeu inteiramente a ligação à concepção política do senso comum". Schiller pode então colocar a arte em um papel estratégico de unificação das cisões e de transformação da sociedade, pois "somente o gosto permite harmonia na sociedade, pois institui harmonia no indivíduo. Todas as outras formas de representação dividem o homem, pois fundam-se exclusivamente na parte sensível ou na parte espiritual; somente a representação bela faz dele um todo, porque suas duas naturezas têm de estar de acordo. Todas as outras formas de comunicação dividem a sociedade, pois relacionam-se exclusivamente com a receptividade ou com a habilidade privada de seus membros isolados e, portanto, com o que distingue o homem do homem; somente a bela comunicação unifica a sociedade, pois refere-se ao que é comum" (*Cartas*, p. 144).

Ricardo Terra é professor do Departamento de Filosofia da FFLCH da USP.